

EM TEMPO DE GUERRA: IMIGRANTES E NACIONAIS EM PORTO ALEGRE NO
INÍCIO DO SÉCULO XX

Rodrigo Lemos Simões

UNILASALLE / ULBRA

O crescimento econômico e populacional em Porto Alegre

Nossa análise está inserida em um momento de transformações políticas, sociais e econômicas que movimentam o país a partir do último quartel do século XIX, e que criaram uma nova dinâmica nas cidades brasileiras. A proclamação da República, a ascensão do capitalismo e a abolição do regime escravista, seguida da intensificação do fluxo imigratório, são acompanhados por um progressivo processo de modernização das cidades.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, cresce à medida em que se intensifica o comércio com a região colonial. Para a cidade, são enviados os produtos a serem distribuídos ao comércio interno e externo, ao passo que as colônias são mercados consumidores de seus produtos e os de outros mercados que afluem à capital.

Já no segundo quartel do século XIX, a cidade começa a destacar-se como centro comercial. Lembra Constantino (1991, p.40), que já era grande sua importância comercial quando criou-se a praça do comércio, no ano de 1858. O capital oriundo das colônias alemãs passa a ser investido na cidade, estimulando o desenvolvimento comercial e industrial.

O crescente comércio estimulou a industrialização no Rio Grande do Sul, equiparando-o à São Paulo no último quartel do século XIX (Constantino, 1995, p.62). Porto Alegre surge então como um dos principais centros industriais do Estado, juntamente com as cidades de Rio Grande e Pelotas.

A abolição da escravatura em 1888, a imigração em massa e a adoção de uma nova dinâmica nas relações de trabalho concentrou um grande número de pessoas

nas grandes cidades. Imigrantes e nacionais buscavam os grandes centros a fim de conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

O desenvolvimento urbano e as questões sociais

O crescimento da cidade e o vigor econômico que caracterizou o período, exigiam melhoramentos urbanos na capital. Neste sentido, o governo republicano não mediu esforços para tornar a cidade o paradigma da modernização no Estado. Novos prédios públicos foram erguidos: o da Intendência, dos Correios e Telégrafos e a Biblioteca Pública, entre outros.

O saneamento das habitações populares foi um dos principais objetivos da política republicana do período. Segundo Bakos (1996, p.36), através do acesso a moradia própria, higiênica e confortável, pretendia-se a integração do proletariado à sociedade mas, no entanto, isso não aconteceu. Segundo os governantes, tais projetos políticos não se concretizaram devido a existência de dificuldades econômicas de caráter interno e externo.

Debates sobre higienização tornaram-se freqüentes. São eles, resultado das novas vivências desenvolvidas nos grandes centros, locais onde a aglomeração populacional e as sociabilidades diversas passam a ser problematizados pelas elites. Segundo Soihet (1991, p. 52), nessa época a medicina incorpora o meio urbano em suas práticas e reflexões.

O estabelecimento de novos padrões culturais deveria disciplinar o cidadão. A cidade, que se queria civilizada, regulamentou os espaços públicos através do Código de Posturas Municipais, passando a proibir uma série de hábitos populares. Entre outras práticas, proibiu-se a criação de animais nos pátios das casas, a abertura de fossos nos quintais, a lavagem de roupas nas ruas e praças, a obstrução dos passeios com qualquer tipo de objeto volumoso e o estabelecimento de certos tipos de fábricas dentro do perímetro urbano.

A modernização do espaço físico e a intensificação de novas práticas sociais, espelhadas nos padrões europeus de comportamento em público, transformaram as

vivências urbanas das principais cidades do país. Segundo Constantino (1991, p.48), a cidade de Porto Alegre já é cosmopolita por volta de 1900. Essa, já não é apenas um local para se morar, mas sim um local para se viver o dia e a noite, é mesmo um estilo de vida onde os rapazes fin de siècle desfrutam os prazeres e comodidades do progresso.

Segundo Corrêa (1994, p.33), a rua da Praia foi a síntese de nossa Belle Époque. Um passeio a Porto Alegre não estaria completo se não passasse por ela. O desavisado que negligenciasse desfrutar dos seus diversos cafés, confeitarias, bares, restaurantes e cinemas, estaria perdendo o que se possuía de mais próximo da vida pública internacional no Estado, naquela época (MARONESE, 1996, p.76).

Nos processos criminais coligidos e analisados, percebe-se o sentimento de mudança que caracterizou os depoimentos das elites da época.

Cosmopolitas, segundo Sennett (1988, p.31), os habitantes das cidades tornaram-na palco dos passeios despreocupados. Movimentavam-se por suas ruas e, em meio a diversidade, sentiram-se à vontade. O novo homem público deveria ter hábitos distintos, portar-se adequadamente, andar, falar e agir de acordo com o modelo europeu de civilidade importado pelas nossas elites.

O modelo capitalista que passou a vigorar nas capitais brasileiras alcançou o século XX introduzindo novos padrões comportamentais. A cortesia e o refinamento eram as normas daqueles que buscavam romper com os velhos costumes do meio urbano. Já não admitiam o convívio com as antigas práticas sociais, arraigadas sobretudo entre os grupos populares.

Através da análise dos processos coligidos, tivemos oportunidade de constatar a competitividade que caracterizou a situação dos trabalhadores urbanos do início do século. A criação de um modelo ideal de trabalhador, competente, sério e disciplinado, que viabilizasse o desenvolvimento da ordem capitalista, acabou por fragmentar certas relações de solidariedade existentes entre os populares.

As dificuldades por eles vivenciadas, devido a abundância de mão-de-obra, e a conseqüente compressão dos salários, punham em risco sua subsistência, acabando por acirrar a disputa no mercado de trabalho.

Rivalidades entre nacionais e imigrantes

A solidariedade que normalmente foi verificada entre os populares, independente das suas origens étnicas, passou a ser posta a prova neste período. Somam-se as questões de trabalho, outras referentes ao estado de beligerância entre os Estados Europeus. Não foram poucos os casos em que imigrantes e nacionais viram-se envolvidos nas malhas da lei por rivalidades potencializadas pelo conflito europeu. Passamos a análise de alguns casos envolvendo nacionais e imigrantes alemães durante o período.

Temos um caso típico de afronta de um imigrante junto aos elementos nacionais no processo contra o alemão, Richard Taichmann. Esse, intimado a comparecer no primeiro posto policial para dar explicações a respeito de uma queixa contra sua pessoa, ao ser interrogado pelo auxiliar do dia, "faltou-lhe com o respeito, mandando-o a merda, e em seguida, dando-lhe as costas saindo porta a fora, dizendo que o Brasil era um país de merda" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 665, maço 37, ano, 1915, p.10).

Sobre rixas entre imigrantes e nacionais, temos ainda o caso suscitado entre alemães e brasileiros residentes na pensão de Henrique Pillmann. Lá surgiu uma questão motivada pela guerra. Consta nos autos, que o grupo de alemães que lá se reunia, passava a falar mal do Brasil e do seu povo.

Antônio Alves de Bastos conta que à mesa, o teuto Simonis, Ernesto Mohnn e Pillmann "ridicularizavam o Brasil, isto em alemão, chamando o exército de macacos, dizendo que na Europa não havia bananas e que iam morrer todos de fome". Germano Vittrock, acrescenta na sua queixa apresentada à sub-intendência do primeiro distrito, que:

"(...) residindo desde o começo do corrente ano na pensão de Henrique Pillmann, em companhia de meu colega de medicina, Olinto Flores, tendo tido desavenças com o proprietário da pensão por não ter admitido que falasse mal da minha pátria, pois ouvi diversas vezes, com testemunhas, chamar o Brasil de terra retrógrada, que os brasileiros nada valiam na atual guerra, que a parada que se realizou no dia da festa da nossa sagrada bandeira, era uma parada de macacos. Em vista disso foi o proprietário da pensão, inclusive a criada que deu vivas à Alemanha, foi acusado à polícia, e chamados perante o digno delegado do primeiro distrito, a quem prometeu não reincidir em tal falta. Não obstante, continuaram as calúnias ao Brasil, a quem sempre chamavam de terra de macacos" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 829, maço 50, ano, 1917, p.14) .

O mesmo Henrique Pillmann comentava com os amigos no refeitório da pensão que o Correio do Povo havia noticiado um fato de uma viúva ter levado seu filho moço para alistar-se no exército, e que "este com certeza era algum vigarista, pois o exército compunha-se desta espécie, assim a mesma se via livre dele".

Em outro caso, ocorrido em abril de 1918, os nacionais José Inácio da Silva e Oscar da Silva Flores, libavam num armazém quando avistaram dois indivíduos conversando em alemão. Um deles, Manuel Saker, foi intimado por Oscar a comparecer na presença de José Inácio. Lá chegando, tomou parte na seguinte cena:

"(...) entrou no armazém, sendo logo convidado a beber um "lambe-sola" e dar um viva ao Brasil e um morra a Alemanha; Saker deu um viva ao Brasil e negou-se a dar um morra a Alemanha [dizendo que] vivava também a todas as

nações do mundo. [Inácio] retrucou dizendo que isso não podia ser, pois estava incluído nesse número a Alemanha, país que não vivava, tendo imediatamente travado luta corporal com o referido alemão" (Processo Crime do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre, num. 924, maço 59, ano, 1918, p.5).

Durante o reordenamento das atividades produtivas no país, estabelecido através do progressivo desenvolvimento do capitalismo, aliado ao crescente número de imigrantes que aqui chegavam, interessava às elites que fosse difundido um novo olhar sobre a dinâmica do trabalho. Tal perspectiva estava diretamente relacionada aos interesses da burguesia em ascensão no Brasil.

Segundo Chalhoub (1986, p.19) queria-se a disciplinarização dos grupos populares, para tanto, desenvolveu-se um novo conceito a respeito do trabalho, atribuindo-lhe um caráter positivo, que desse sentido a nova ordem que se impunha.

Nesse sentido, a identificação do indivíduo trabalhador em contraponto ao vadio, passa a receber guarida na própria construção simbólica de moralidade difundida entre os populares.

Considerações Finais

No decorrer da análise dos processos coligidos, constatamos que, no seio das classes populares, o trabalho representa uma maneira de legitimação, visto estar arraigado no ideário de tais indivíduos a idéia de poder, associada à capacidade de reprodução da vida material.

Neste sentido, a violência reveste-se de um valor positivo perante tais indivíduos, uma vez que assume uma função estrutural no meio em questão. Sua legitimação dá-se, segundo Mafessoli (1987, p.24), através do seu caráter utilitário. Não se trata da afirmação de valores individuais, mas sim da legitimação do indivíduo enquanto parte de uma organicidade. Estabelece-se, portanto, legitimada como função social, de cunho organizador das relações sociais e da igualdade entre os indivíduos.

Por outro lado, a violência, que se pretende estabilizadora da ordem, configura-se em elemento de fragmentação entre os populares. A individualização de certos conflitos acaba, por vezes, dando vazão a sentimentos diversos, estranhos ao espírito do grupo em questão.

Entre os nacionais e os imigrantes, várias foram as questões que suscitaram os conflitos. O nacionalismo surgido por consequência dos conflitos europeus, serviam em muitos casos, como estopim às práticas discriminatórias na América. Em outros processos, tivemos a oportunidade de constatar a profunda indiferença e o desprezo do imigrante para com o elemento nacional, contudo, parece-nos que as questões relacionadas a falta de postos de trabalho na cidade contribuíram em muito para as situações de conflito junto aos nacionais.

As frustrações e a impotência dos indivíduos enquanto parte de um sistema maior, seja ele de ordem política, social ou econômica, acabaram potencializando ações individuais que corrompem os laços de união e solidariedade preexistentes, cedendo às pressões das leis impessoais, propícias à afirmação da sociedade capitalista.

A impossibilidade de pôr em causa tal sistema, acaba estimulando a inversão dos problemas sociais ao plano individual. A exploração econômica e as dificuldades diárias de subsistência; motivações exteriores à vontade dos indivíduos, acabam por abalar a grande maioria dos populares, tornando-se o estopim das disputas pessoais e das vinganças, fatos que fogem ao âmbito das questões de legitimidade entre tais indivíduos.

Referências Bibliográficas

- BAKOS, Margareth Marchiori. Porto Alegre e seus eternos inendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio e Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. "Italianos". In. FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

_____, O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense.

Porto Alegre: Sulimi, 1991.

CORREA, Silvio Marcus e Souza. Sexualidade na Belle Époque de Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.).

MAFESSOLI, Michel. A dinâmica da violência. São Paulo: Vértice, 1987.

MARONESE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: a vida pública porto-alegrense: 1890-1930. In: Cadernos Porto e Vírgula. Porto Alegre: Unidade ditorial, 1996.

SENNETT, Richard. O declínio do Homem Público: as tiranias da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise a evolução econômica e São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. Da USP, 1968.

SOIHET, Rachel. O Rio de Janeiro na “Belle Époque” – modernização conservadora e resistência popular (1890-1920). In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH – Anais da X Reunião, Curitiba, 1991.